

Despacho nº 246/2018

Política Institucional de Acesso Aberto do Instituto Politécnico de Santarém

1. Preambulo

O Instituto Politécnico de Santarém (IP Santarém), instituição de ensino superior, tem definido nos seus Estatutos¹ a participação "... em atividades de ligação à sociedade, designadamente de difusão e transferência de conhecimentos, assim como de valorização económica do conhecimento científico, e assegura as condições para que todos os cidadãos devidamente habilitados possam ter acesso ao ensino superior e à aprendizagem ao longo da vida", estando espelhado nas atribuições, definidas estatutariamente:

- c) A realização de investigação e o apoio e participação em instituições científicas;*
- d) A transferência e valorização do conhecimento científico e tecnológico.*

O acesso livre (*Open Access*), ou acesso aberto como é designado em português, tem vindo a ser cada vez mais valorizado e divulgado, havendo estudos internacionais que demonstram a sua importância, quer para a comunidade científica, quer para as próprias instituições de ensino superior e de investigação. Este movimento implica a disponibilização da literatura científica e académica, sem restrições de acesso e sua utilização.

O acesso aberto já existe há mais de uma década e a sua génese está ligada às necessidades da própria comunidade científica, em divulgar o seu trabalho e ter acesso ao trabalho de outros. A necessidade de debate sobre o sistema de comunicação científica impôs-se sobretudo a partir de 2006, embora já anteriormente existissem iniciativas neste sentido, tais como: Budapest Open Access Initiative (2002)², Bethesda Statement on Open Access Publishing (2003)³; Berlin Declaration of Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities (2003)⁴; Decisões da Comissão

¹ Consultar: <http://www.ipsantarem.pt/wp-content/uploads/2017/12/novos-estatutos.pdf>

² Consultar: <http://www.soros.org/openaccess/index.shtml>

³ Consultar: <http://www.earlham.edu/~peters/ios/bethesda.htm>

⁴ Consultar: <http://oa.mpg.de/lang/en-uk/berlin-prozess/berliner-erklarung/>

Europeia IP/07/190 (2007) e IP/08/1262 (2008)⁵. O Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) através de um grupo de trabalho iniciou a criação de repositórios institucionais nas suas instituições; o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), em 2010 emitiu uma recomendação onde decidiu tomar algumas posições sobre o Acesso Aberto e a criação de Repositórios Institucionais "...Apoiar os princípios do Acesso Livre através da assinatura da Declaração de Berlim sobre o Acesso ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades;..."

De referir ainda, as políticas mandatórias que as entidades financiadoras de ciência e investigação têm vindo a desenvolver, quer a nível nacional como internacional, como o caso da Fundação para a Ciência e Tecnologia – FCT, a 5 de maio de 2014, com a Política sobre Acesso Aberto a Publicações Científicas⁶ resultantes de Projetos de I&D Financiados pela FCT, onde está estabelecida a obrigatoriedade de colocarem acesso livre e online as publicações que resultem de projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico financiados. A Comissão Europeia, nas Guidelines on Open Access to Scientific Publications and Research Data in Horizon 2020⁷, de 11 de dezembro de 2013, estabelece a obrigatoriedade de depósito em acesso aberto, num repositório, de todas as publicações científicas, com revisão por pares.

Note-se que todos os estudos e iniciativas promovidas pelo Governo de Portugal e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, têm vindo a reforçar todo este movimento do Acesso Aberto ao Conhecimento Científico, representado na Estratégia Nacional para a Ciência Aberta⁸ | Conhecimento para todos, de fevereiro de 2016.

2. Acesso Aberto do IPSantarém

O IPSantarém tem contribuído para o desenvolvimento do movimento do acesso livre a nível nacional e internacional desde 2010 através do Repositório Científico do IPSantarém - RCIPS (<http://repositorio.ipsantarem.pt>), o qual integra o portal do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP).

O Repositório Científico do Instituto Politécnico de Santarém (RCIPS), tem por missão gerir, preservar, permitir e disponibilizar o livre acesso à produção científica do Instituto Politécnico de Santarém (IPSantarém).

⁵ Consultar: http://ec.europa.eu/research/press/2008/pdf/decision_grant_agreement.pdf

⁶ Consultar: <https://www.fct.pt/acessoaberto/index.phtml.pt>

⁷ Consultar: http://ec.europa.eu/research/participants/data/ref/h2020/grants_manual/hi/oa_pilot/h2020-hi-oa-pilot-guide_en.pdf

⁸ Consultar: <http://www.ciencia-aberta.pt/>

3. Objetivos

São objetivos principais do RCIPS:

- i) Preservar a memória coletiva da produção científica do IPSantarém;
- ii) Permitir o acesso através de sistemas on-line, à produção científica do IPSantarém;
- iii) Organizar de forma sistemática os materiais resultantes da produção científica do IPSantarém;
- iv) Promover a investigação, desenvolvida pela comunidade científica do IPSantarém através da divulgação dos materiais produzidos;
- v) Promover e divulgar o livre acesso ao conhecimento científico, através da utilização de Repositórios Institucionais, colaborando em parcerias e consórcios com a comunidade científica nacional e internacional e desenvolvendo sinergias conjuntas;
- vi) Utilização do repositório enquanto instrumento de gestão no que diz respeito ao controlo da produção científica e académica do IPSantarém, assim como o fator de impacto da respetiva produção e dos seus autores.

4. Regras de Funcionamento

Partindo da ideia de que o RCIPS espelha a produção científica e académica do Instituto Politécnico de Santarém é necessário que aquele cumpra os objetivos de excelência e qualidade. Desta forma, impera homogeneizar e regular a utilização do Repositório por todos os seus intervenientes.

O Instituto Politécnico de Santarém adota a presente política de obrigatoriedade, no que diz respeito ao depósito no RCIPS de toda a produção científica e académica produzida pela comunidade académica e científica desta instituição.

4.1 Teses e Dissertações

- i) Todas as dissertações de mestrado e teses de doutoramento produzidas no âmbito dos cursos que funcionam ou venham a funcionar no IPSantarém, de acordo com o n.º 3 do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto têm, obrigatoriamente, de ser depositadas no Repositório da Rede RCAAP;
- ii) O depósito e disponibilização das teses e dissertações do IPSantarém é da responsabilidade das bibliotecas das Escolas Superiores;

iii) Os autores e orientadores da produção académica devem ter especial atenção na divulgação de dados confidenciais acautelando sempre que possível os mesmos, para permitir a sua disponibilização em acesso aberto conforme previsto na legislação em vigor;

iv) A entrega das dissertações mantém os procedimentos administrativos estabelecidos por cada Escola Superior. Estes procedimentos incluem a obrigatoriedade de entrega de um exemplar da dissertação, em CD-ROM ou DVD, em formato PDF, para depósito no Repositório, que deverá ser entregue nos serviços académicos, cumprindo os prazos estipulados.

v) O exemplar para arquivo será acompanhado de uma declaração do autor, explicitando os termos da autorização de difusão e disponibilização que concede ao RCIPS, de acordo com a minuta em anexo (Mod.213), a qual deverá acompanhar a entrega do CD-ROM ou DVD

4.2 Produção Científica

i) É obrigatório o auto-arquivo no RCIPS de toda a produção científica, nomeadamente: artigos publicados em revistas nacionais e internacionais (com ou sem peer review), publicações sujeitas, ou não, ao processo de peer review, livros, capítulos de livros, comunicações em conferências e congressos (nacionais e internacionais), relatórios técnicos/científicos, posters em conferências e congressos, working papers e qualquer produção que se venha a considerar importante ao longo do percurso de investigação na instituição.

ii) No caso das publicações com peer review deve ser depositada a versão final, após revisão (versão do autor/editora em função dos contratos assinados);

iii) No caso de existirem períodos de embargo (política da editora), deve ser sempre feito o depósito ficando o documento (texto integral) em acesso embargado. Em acesso público ficarão os metadados descritivos (título, autores, resumo, referências, entre outros);

iv) O RCIPS aceita os seguintes formatos digitais de ficheiros de texto, som, imagem e vídeo, designadamente: Pdf (texto), Pps (power point), Gif (imagem), Jpeg (imagem), Html (páginas Web), Mp3 (áudio), Mov (vídeo), Wmv (vídeo), Swf (flash – animações). Outros formatos terão que ser analisados, *a posteriori*, com a equipa técnica para a possibilidade da sua integração.

v) Os documentos a depositar obedecem aos seguintes critérios:

- Ser produzido (autor ou co-autor) por membro (s) do IPSantarém, com a devida identificação da instituição;

- Resultar de atividades científicas e académicas no âmbito da investigação e/ou ensino;
 - Não ser efémero;
 - Estar em formato digital;
 - Estar completo e pronto para "publicação";
 - Qualquer depósito pode ser constituído por vários ficheiros;
 - Os metadados devem obedecer ao estipulado pela Norma APA
- vi) O autor deve conceder ao Instituto Politécnico de Santarém, o direito não-exclusivo de preservar e dar acesso ao seu trabalho através do RCIPS;
- vii) Todo o processo de validação dos metadados e confirmação de políticas editoriais será feito pela biblioteca de cada Escola Superior do IPSantarém, integrada na UB-IPSantarém, de acordo com as normas previamente estabelecidas nesta área de forma a garantir critérios de fiabilidade na pesquisa e recuperação da informação.
- viii) Para garantir uma homogeneidade na identificação institucional dos documentos (com as devidas adaptações), devem os autores seguir os seguintes critérios de afiliação:
- Nome do autor (es)
 - Instituto Politécnico de Santarém
 - Escola Superior de xxxxxx
 - Centro de Investigação xxxx / Departamento xxxxx
- ix) Sempre que haja financiamento associado à produção científica, é obrigatório fornecer essa informação no registo
- x) A partir da data de aprovação da presente política institucional de acesso aberto, determina-se que em todas as listagens de publicações científicas, individuais ou de unidades orgânicas, produzidas no Politécnico de Santarém e incluídas em processos de concurso ou avaliação, relatórios de atividades, ou outras atividades de teor académico, as referências a publicações contenham obrigatoriamente um apontador (handle) para a versão da publicação depositada no RCIPS.

4.3 Formas de Acesso

A obrigatoriedade da presente política aplica-se ao depósito no RCIPS da produção científica e académica do IPSantarém, devendo esta ser disponibilizada primordialmente em acesso aberto.

Alerta-se para a necessidade de os autores de publicações científicas garantirem a autorização junto das editoras para disponibilizar a versão revista por pares no RCIPS.

Prevêem-se as seguintes exceções ao acesso aberto:

- acesso fechado: acesso apenas aos metadados e não ao documento. Esta opção aplica-se a casos de impossibilidade de disponibilização de dados confidenciais, existência de cláusulas contratuais comerciais ou patentes. Estas situações terão que ser devidamente justificadas e apresentadas à direção de cada escola, estando sujeitas a aprovação/parecer superior.

- acesso embargado: publicações cuja sua disponibilização em acesso aberto esteja condicionada por um determinado período de tempo (período de embargo) devidamente previsto na política editorial da revista em que estão publicadas

Eventuais períodos de embargo aplicar-se-ão ao acesso e não ao depósito. No caso das publicações financiadas, a duração máxima dos períodos de embargo é definida pelas entidades financiadoras de investigação.

4.4 Copyright e Direitos de Autor

i) O depósito de documentos no RCIPS é efetuado de forma não exclusiva. Os autores dos documentos mantêm todos os seus direitos autorais intactos;

ii) Todos os documentos submetidos, no RCIPS, serão disponibilizados segundo o licenciamento 2.5 da Creative Commons⁹ para Portugal.

iv) As informações acerca das políticas de direitos de autor estão disponíveis através do Sherpa Project para os editores, e do Romeo Project para as revistas¹⁰. Deverá ter-se em conta, ainda, a legislação nacional sobre o Código dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos.

5. Considerações finais

i) Recomenda-se que autor verifique junto das editoras respetivas que condições lhe foram impostas, aquando da aceitação do(s) seu(s) artigo(s) para publicação, de forma a poder depositar no repositório, artigos que já tenham sido anteriormente publicados (de 2010). Caso desconheça a política da editora (ou no caso de não se recordar da declaração assinada) o autor deve solicitar uma autorização à editora de forma a poder depositar o seu documento no Repositório do IPSantarém;

⁹ Consultar: <http://creativecommons.pt/>

¹⁰ Consultar: <http://www.sherpa.ac.uk/romeo/index.php?la=pt&f|Dnum=|&mode=simple>

ii) Recomenda-se que os autores/investigadores recorram ao serviço especializado de apoio ao investigador da Unidade de Bibliotecas do IPSantarém para aconselhamento relativo à publicação da produção científica de forma a cumprir com normas institucionais e de agências de financiamento;

iii) Casos omissos são decididos pela Unidade de Bibliotecas em conjunto com a Presidência do IPSantarém.

iv) A Política Institucional de Acesso Aberto do Instituto Politécnico de Santarém estará sujeita à aplicação do Regulamento Geral de Proteção de Dados – RGPD, publicado em [Regulamento \(UE\) N.º 2016/679, de 27 de abril de 2016](#) e articulado com [a Retificação do Regulamento \(UE\) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016](#)

As presentes regras entram em vigor na data da sua aprovação e aplicam-se a todas as publicações posteriores.

Santarém, 21 de novembro de 2018

O Presidente do IPSantarém



José Mira Portes

Professor Coordenador

Declaração

Declaro que a tese/dissertação entregue ao Instituto Politécnico de Santarém em suporte de papel e suporte digital:

- 1 Corresponde à versão final da mesma;
- 2 Todas as informações confidenciais foram devidamente acauteladas de acordo com o Regulamento Geral de Proteção de Dados;
- 3 Cumpre com o estipulado no Regulamento dos Segundos Ciclos de Estudos do IPSantarém;
- 4 Cumpre com o estipulado nos Regulamentos específicos de cada Curso;
- 5 Cumpre com o estipulado na Política Institucional de Acesso Aberto do Instituto Politécnico de Santarém.

Identificação do aluno

Nome Completo: _____

Nº do CC _____

telemóvel _____

email _____

Identificação do documento

Doutoramento/Mestrado em: _____

Título _____

Data de Defesa _____

Orientadores _____

Disponibilização no Repositório Científico do Instituto Politécnico de Santarém

Informações importantes

De acordo com o estipulado no artigo 50º do Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 115/2013, de 7 de agosto todas as teses e dissertações têm, obrigatoriamente, de ser depositadas no Repositório da Rede RCAAP e disponibilizadas, em regime de acesso aberto, caso não sejam objeto de restrições ou embargos.

De acordo com a Política Institucional de Acesso Aberto do Instituto Politécnico de Santarém prevêem-se as seguintes exceções ao acesso aberto: acesso fechado e acesso embargado. Ambas as exceções carecem de autorização e parecer superior bem como a validação da escolha por parte do Orientador.

Assim sendo e para cumprimento da legislação as dissertações são depositadas e disponibilizadas em acesso aberto.

No caso de se pretender qualquer uma das formas de disponibilização excecionais deve preencher-se o verso da presente declaração.

